



# Anais da Assembléia

N. 92

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE SETEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 78.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 1987  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Nilton Barbosa.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves,ACYR Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, preferência de votação para o Projeto de Re-

solução n. 50/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrigará o futuro Município de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a reinclusão, na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Resolução n. 49/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrigará o futuro Município de Santa Tereza do Oeste.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a dispensa da Discussão e Votação para a Redação Final de todos os Projetos aprovados em 3.ª Discussão, na presente sessão e que não sofreram emendas nas suas tramitações.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja retirada da Ordem do Dia, por seis sessões, o Projeto de Resolução n. 51/87, que autoriza a realização de Plebiscito na área adiante descrita, na Região de Guaruapuava: em 2.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Rosário Farini Mansur Guérios, ocorrido na noite de ontem nesta Capital, dia 31 de agosto, vítima de trombose cerebral, aos 80 anos de idade.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

#### JUSTIFICATIVA:

Advogado, escritor, ensaísta, jornalista, catedrático, filólogo, Dr. Rosário

Farini Mansur Guérios notabilizou-se pela sua defesa da língua portuguesa, sendo um dos maiores especialistas neste assunto, e também um dos maiores gramáticos do Brasil. Curitibano de nascença e de coração, os títulos dizem pouco sobre este professor que durante anos teve como principal objetivo de vida a divulgação da língua portuguesa, como um apaixonado pela gramática e por seu correto uso.

"Professor Emérito da U.F.P.", em 1979, e recentemente "Cidadão Benemérito do Paraná".

Entre suas principais obras está o Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes, único do gênero no Brasil.

Em 1931 entrou para a Faculdade de Direito.

Lamentavelmente uma lacuna abre-se no cenário não só paranaense como também, brasileiro, com o falecimento de Mansur Guérios, causando profunda tristeza e incomparável pesar a todos os seus familiares e àqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Doutor Ambrosio Jorge, ocorrido em trágico acidente, no último dia 31 de Agosto de 1987.

REQUER, ainda que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, dirigindo-se a correspondência para a Excelentíssima Senhora Marlene Santana Zakir Jorge e Filhos - a/c da UNIMED de Curitiba - Rua Desembargador Clotário Portugal n. 258 - CEP 80.410 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Ambrosio Jorge, ocorrido em trágico acidente automobilístico na madrugada de ontem, dia 31 de agosto, nas proximidades de Registo, dando-se ciência deste aos familiares do extinto, através da Senhora Marlene Santana Zakir Jorge, à rua Comendador Araújo, 560, Ap. 03, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Embora formado em Direito e Administração, Ambrósio Jorge notabilizou-se pe-

los trabalhos que desenvolveu na área de assistência médica e na política. Nascido em Sengés, Estado do Paraná, residiu em Londrina durante trinta anos, onde foi o primeiro diretor administrativo da UNIMED e também Diretor-Presidente do Hospital Evangélico. Descendente de família de presbiterianos. Ambrosio Jorge foi Diretor do Instituto Filadélfia de Londrina, prestando relevantes serviços junto às instituições evangélicas. Em Curitiba, exerceu a função de Secretário do Planejamento do INAMPS Estadual, tendo assumido a Superintendência Interina desse órgão em março de 1987. Pertencente ao Diretório Municipal do PMDB de Londrina, por duas ocasiões candidatou-se a Deputado Estadual, tendo sempre destacada atuação nas campanhas eleitorais.

Lamentavelmente, um trágico acidente automobilístico ceifou prematuramente a vida deste grande companheiro e exemplar pai de família, causando profunda tristeza e incomparável pesar a todos que tiveram o privilégio de conhecê-lo e privar do seu convívio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do agricultor Orlando Mazurok, ocorrido no último dia 31 de agosto de 1987, no Município de Cândido de Abreu, Paraná.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto dirigindo-se a correspondência para o seguinte endereço: Ilustríssimo Senhor Vlademiro Mazurok a/c do Excelentíssimo Senhor Olgierde Malanowski - Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu - Rua Visconde de Laguiche s/n - CEP 84.470 - Cândido de Abreu - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, voto de pêsames à família do Senhor Josino Bispo Pereira, ocorrido no último dia 26 de agosto do corrente ano, na Cidade de Maria Helena - PR.

O extinto contava com a idade de setenta e seis anos, deixando viúva a Senhora Ana Maria Pereira, oito filhos e nove netos. (Avenida Paraná, 128 - CEP 87.500 - Umuarama - PR.).

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na forma regimental, REQUER, seja consignado nos Anais deste Poder, voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. Alceu Ribeiro Macedo.

REQUER, ainda, envio do presente expediente à família enlutada à Rua Visconde do Rio Branco, 101 ap. 101 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

## JUSTIFICATIVA:

É com tristeza que trazemos a este magnânimo Plenário a proposição de inserirmos nos Anais da sessão de hoje desta Casa votos pesarosos pelo falecimento do brilhante advogado, Dr. Alceu Macedo, ocorrido infaustamente em 26 do corrente.

O Paraná perde após fecunda existência numa vida de trabalho e dignidade um de seus mais destacados e atuantes advogados criminalistas.

Jurista de renome, Dr. Alceu Macedo com seu passamento abre uma profunda lacuna junto de seus familiares e amigos pela sua dedicação, espírito de justiça e equidade com que pautou sua vida profissional e pessoal.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. Ambrósio Jorge.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

## JUSTIFICATIVA:

A homenagem que propomos objetiva demonstrar o sentimento dos paranaenses pelo passamento de uma personalidade de destaque na nossa sociedade.

Ambrósio Jorge exerceu diversas funções na área de saúde e política. Foi o primeiro diretor administrativo da UNIMED de Londrina, assumindo em março de 1971, logo após passando a diretor-presidente do Hospital Evangélico do Município.

Candidatou-se por duas ocasiões a Deputado estadual pelo PMDB.

Em Curitiba exerceu a função de Secretário de Planejamento do INAMPS estadual e em março deste ano assumiu a Superintendência interina do órgão.

O extinto deixa saudades e muito consternados todos quanto o conheciam.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário, seja dado ciência à família enlutada.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar, pelo falecimento do Doutor Mário José Fontana, fundador do Município de Mariópolis, ocorrido em nossa Capital, no dia 31 de agosto próximo passado.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

## JUSTIFICATIVA:

O desaparecimento do Doutor Mário José Fontana, deixa na comunidade de Mariópolis um vazio que jamais será preenchido. Sempre atuando no negócio imobiliário, foi o Doutor Fontana o fundador daquele Município, em meados de 1960.

Cidadão respeitável, granjeou a simpatia e o afeto dos que com ele tiveram a ventura de conviver. Deixa aos munícipes e amigos de Mariópolis uma lição de civismo e o exemplo de uma vida inteiramente voltada para o bem comum.

À família, deixa uma lacuna sem precedentes, apenas atenuada pelo exemplo da galhardia frente às adversidades, sempre presente em todos os momentos da sua existência. Que do presente, se dê ciência à família enlutada, através da Prefeitura Municipal de Mariópolis.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve pede a inserção nos Anais desta Casa, ouvido o Egrégio Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Rosário Farani de Mansur Guérios, notável filólogo, ensaísta, professor, autor de um precioso "Dicionário" de Nomes e Sobrenomes, e de vários outros livros, além de responsável por uma coluna formidável, no extinto jornal semanário católico Voz do Paraná, sobre a Língua Portuguesa. Aos oitenta anos, o Professor curitibano, pranteado pela Cidade e pela Universidade, desaparece sem receber o diploma, que por extenso merecimento, esta Assembléia lhe concedeu de benemérito do Paraná.

Seu corpo está sendo velado na Capela da Reitoria da UFPR e, após sepultado na terra Curitibana, será semente de memória de uma vida dedicada à evolução da Língua e às inquirições dos signos e significados, dos mitos e da vida de todos os povos a partir da herança bíblica da Torre de Babel. Adversário dos mistérios e dificuldades de Babel, segue em paz a alma cristã do professor Mansur, rumo à compreensão cósmica, no banquete do perfeito entendimento na Cidade Eterna de Jerusalém Celeste.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) RAFAEL GRECA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de voto de congratulação ao presidente da ACARPA/EMATER, e à Prefeitura de Colombo, pela realização da campanha educativa quanto ao uso de agrotóxicos na região de Colombo, que visa a produção de alimentos mais saudáveis e a preservação da saúde do trabalhador rural.

Requer, outrossim, que seja dada ciência da decisão da Casa, às referidas instituições.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação de voto de congratulação à Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, através de seu presidente, Pastor Alídio Flor Agostinho e ao Secretário do Conselho Geral, pastor José Henrique Monteiro, pela comemoração no dia sete de setembro do 41º aniversário desta instituição voltada ao ensinamento da palavra de Deus.

Requer, outrossim, que seja dada ciência da decisão da Casa à referida instituição.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação de voto de congratulações aos Repórteres Fotográficos pela passagem do seu dia, amanhã, como uma homenagem ao relevante trabalho que realizam no mundo da comunicação.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão da Casa, ao Sindicato dos Repórteres Fotográficos.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Repórter fotográfico é responsável pela ilustração e registro dos principais acontecimentos. Seu trabalho é de real importância, considerando-se que uma fotografia muitas vezes comunica mais que inúmeras palavras.

Enfrentando por vezes perigos, desempenham sua profissão em qualquer circunstância, registrando os fatos. São eles

verdadeiros heróis em tempo de guerra, imprescindíveis no mundo da comunicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação de voto de congratulação ao Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Paraná pela comemoração da "Semana da Farmácia".

Outrossim, Requer ainda, seja dada ciência da decisão da casa à referida instituição.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, solicita a inserção nos Anais de voto de congratulações e apreço ao Conselheiro do Tribunal de Contas João Féder, (e professor de jornalismo), pelo lançamento nacional e em Curitiba de seu livro "CRIMES DA COMUNICAÇÃO SOCIAL", manual de ética e de questionamento da sociedade moderna quanto à liberdade de imprensa.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) RAFAEL GRECA.

Apoiamento: Anibal Khury

#### JUSTIFICATIVA:

Há que prestar atenção em cada novo título que vem enriquecer a estante paranaense das bibliotecas, sobretudo em assuntos voltados para os ideais generosos e libertários da comunicação social.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, solicita a inserção nos Anais de voto de congratulações e apreço ao Grupo Trombini e às Indústrias FACELPA, pela entrega à comunidade, no último sábado de agosto, das obras de tratamento de resíduos da sua fábrica do Barigüi, como medida saneadora da poluição das águas daquele rio Curitiba, a montante do lago do Parque do mesmo nome, concebido como ponto de encontro da população e como espaço de prevenção de cheias dos bairros de topografia mais baixa, a jusante dali.

Esta questão, supra-partidária, merece o aplauso da população, porque transcende ao atual governo e ganha importância de restauração da primitiva pureza do rio tão curitibano, e torna mais urgente a ação da Prefeitura da Capital no sentido de repor as águas do lago, e mais, agir no sentido de remover os lançamentos de esgotos promovidos até por ação oficial ( - na gestão Maurício Fruet e nesta - ) em rios afluentes daquela bacia, entre os quais o rio

Uvu, de cabeceiras em Santa Felicidade.

Assim, solicitamos seja encaminhada cópia deste aos titulares do Grupo Trombini e ao Prefeito da Capital.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) RAFAEL GRECA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, voto de regozijo e cumprimentos, manifestados ao novo Gabinete da Governadoria do Distrito L-6, da Associação Internacional de Lions Clubes, na pessoa de seu Governador, o companheiro Leão Itaci Cardoso, pela passagem da posse do novo Gabinete, ocorrida no dia 08 de agosto do corrente ano.

Desta decisão, REQUER ainda, seja dada ciência àquele Gabinete, no seguinte endereço: Rua 15 de Novembro, n. 556 - 15º andar - Conjunto 1501/1503 - galeria Lustosa - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Sentimo-nos profundamente lisonjeados pela passagem de mais uma posse de um novo Gabinete da Governadoria do Distrito L-6, pois, desde 23 de abril de 1953, quando da fundação do Lions Clube do Paraná, são dezenas de Governadores que se sucederam, sempre lutando para preservar o grandioso nome deste que é o quarto Distrito mais antigo do Brasil.

Sendo assim, desejamos a esse novo Gabinete os nossos votos de regozijo e congratulações, pois a cada minuto, as letras que formam a palavra LIONS, Liberdade, Inteligência, Ordem, Nacionalidade e Serviço, são exercidos por um de seus associados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, ouvido o Egrégio Plenário, solicita desta Assembléia do Paraná seja enviada ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulisses Guimarães, e ao responsável pela editoria do Jornal da Constituinte, e aos deputados constituintes e senadores constituintes pelo Paraná, Moção de Discordância quanto à inclusão no telenoticiário e no noticiário radiofônico, na última semana de agosto, da idéia de se grafar Carta Magna da Federação a aplicabilidade compulsória de um percentual fixo do orçamento da União na região do Nordeste". Oficie-se ainda aos presidentes das Assembléias de SP, SC e RS; e ainda de MS, MT, GO, AM, PA, ES e RJ.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

O preceito de Justiça, recomendado na obra de Rui Barbosa: "... tratar de maneira desigual aos desiguais ...", já não conhece neste Brasil rigidez geográfica, fruto das intensas e subseqüentes Migrações Internas. Assim, concentrar e priorizar investimentos numa região do Brasil, pode ser a justa reivindicação de uma bancada regional ativa e elogiável, - cabe em leis ordinárias e planos governamentais com prazo determinado - mas jamais deve merecer consagração editorial - e replay - de um Diário da Constituinte dedicado à toda a Federação. Tampouco deve constar da Carta Magna do Brasil, que é para todas as gerações, e deve se precaver de artigos conjunturais, mesmo porque "tendência não é destino".

Há nordestinos, e também brasileiros de outras origens, aos milhares, oprimidos pela pobreza, à margem de ação efetiva do Governo Federal, em todas as cidades de todos os quadrantes do país, e nos campos de toda a Federação.

Priorizar na Lei Maior, investimento compulsório, é atentar contra a isonomia da República Federativa que sonhamos, e contra a paz, justiça e fraternidade que queremos para o país. Há "que se repartir o grande pão da vida" entre todos os brasileiros, dentro do princípio republicano da Federação - que aliás, nunca se consumou em plenitude neste país.

Não incorram os Senhores constituintes, no mesmo grave erro da editoria do Jornal da Constituinte da última semana de agosto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Assembléia Legislativa, REQUEREMOS após ouvido o Plenário, seja designada uma comissão de Senhores Deputados para examinar "in loco" o problema da interdição da Estrada do Colono, junto ao Parque Nacional do Iguaçu em Capanema e Medianeira.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, em reunião realizada dia 26 próximo passado propôs que fosse solicitado aos Deputados interessados a possibilidade de verificar "in loco" o problema da interdição da Estrada do Colono, junto ao Parque Nacional do Iguaçu em Capanema e Medianeira, tendo em vista a polêmica ação judicial entre o Estado do Paraná e a Ação Pública, impetrada contra a intenção do Estado em pavimentar a referida estrada. O

Estado pretende transformar uma estrada de meio século de existência, que atravessa o Parque Nacional do Iguaçu, em Estrada Parque.

Para que os Deputados possam ter uma visão mais ampla do problema em discussão, pretendemos oferecer a oportunidade de ver e constatar o risco a que está exposto um dos maiores Parques do Brasil, e ouvir a população atingida pela decisão judicial do fechamento da Estrada do Colono.

A Assembléia Legislativa tem por dever tomar uma posição urgente, antes que se estabeleça um mal entendido, e a depredação da mais rica reserva florestal ecológica de nosso Estado se transforme num ato de vingança incontrolável por parte dos que necessitam da estrada e nunca tiveram sua passagem impedida numa estrada de sessenta e quatro anos de uso.

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente iniciou um processo de reunir o maior número possível de depoimentos para facilitar aos parlamentares uma visão do problema. Entretanto, o diálogo deve ser estendido ao local do problema, como forma de auxiliar na preservação do Parque.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Este Deputado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Mesa Executiva desta Casa determine à Coordenadoria do Grupo de Trabalho competente a publicação (impressa ou fotocopiada) do Regimento Interno, incluídas nele todas as alterações através de Resoluções até a presente data.

REQUER, ainda, que após efetuada a devida compilação sejam distribuídas cópias a todos os parlamentares, dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar desta data.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, distribuído aos novos Parlamentares no início desta legislatura, foi editado em 1979. Mesmo assim nele não se encontram incluídas muitas das Resoluções aprovadas anteriormente.

Como o Regimento é um instrumento de uso diário e muito importante, há necessidade de uma atualização para torná-lo mais prático e eficaz.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, solici-

tando urgentes providências no sentido de determinar a eliminação da cobrança dos resíduos dos contratos de financiamento habitacionais dos mutuários da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, uma vez que todas as prestações contratuais foram quitadas e, apesar disso, ainda permanece a injustificável intenção da cobrança do despropositado resíduo.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente apelando no sentido de interceder junto às autoridades dos contratos de financiamento dos mutuários da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, uma vez que todas as prestações contratuais foram quitadas e, apesar disso, foram convocados a saldar esse injustificável e despropositado resíduo de caixa.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado Ofício ao Senhor Governador do Estado solicitando providências sobre o assunto tratado no documento firmado pelos Sindicatos Rurais dos Municípios de Ampére, Clevelândia, Chopinzinho, Coronel Vivida, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Francisco Beltrão, Guarapuava, Marmeleiro, Mangueirinha, Nova Prata do Iguaçu, Planalto, Pérola d'Oeste, Pinhão, Pato Branco, Palmas, Realeza, Renascença, Salgado Filho, São João, Salto de Lontra, Vitorino e Verê, em Reunião realizada a 11 de agosto passado, no Município de Renascença.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

O documento relata a gravidade assumida pela invasão de terras no Sudoeste do Paraná. Com a presente proposição, desejamos que Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, determine rigoroso estudo com a finalidade de levantar a situação denunciada, analisada pelos representantes dos Sindicatos Rurais sudoestinos durante a reunião realizada, conforme o documento, em Renascença no dia 11 de agosto - e determinando as providências cabíveis.

As denúncias, feitas no Documento, são graves, - incluindo desrespeito às deter-

minações da Justiça, cabendo ao Chefe do Executivo paranaense a responsabilidade de resguardá-la por meio da ação que determine, se for o caso, as responsabilidades.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando recursos para reforma da Delegacia de Polícia do Município de Pérola-Pr.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Superintendente da FUNDEPAR, Professor Ewaldo Podolan, solicitando a destinação de cento e vinte carteiras escolares para atender as escolas rurais de Santa Rita, Ana Neri, Princesa Leopoldina, Clélia Zapettine, Cezar de Souza Rego, no Município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

## JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, vem desenvolvendo exemplar trabalho, junto a população rural, na área de educação, e para tanto vem destinando recursos de grande monta para este fim, em consequência do elevado custo de manutenção do sistema.

Sendo a situação do conjunto das Prefeituras do País de grandes dificuldades, a continuidade da qualidade deste serviço só será possível se puder se contar com o apoio do Governo do Estado, no atendimento de necessidades como a que ora encaminhamos.

A eficiência do atendimento na área de educação para população rural só será garantida com a perfeita integração Município e Estado, embora tanto um quanto outro enfrentem dificuldades orçamentárias de grande monta, o esforço concentrado neste setor por parte do Governador do Estado e do Prefeito Municipal vem garantindo grande avanço.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento In-

terno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expeditas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Governador Alvaro Fernandes Dias e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o envio de uma viatura nova e agentes policiais à Delegacia de Polícia de Santa Mariana, tendo em vista que atualmente não existe uma viatura policial o que, sem sombra de dúvidas, está prejudicando a segurança do povo, visto que não há condições mínimas para o atendimento nesse setor, causando intranquilidade, pois os marginais de outras regiões sabedoras dessa situação fixam como alvo de sua atuação o Município de Santa Mariana, que possui atualmente 25 mil habitantes e uma grande área rural que deve ser atendida. A respeito, a população tem sido alvo de vários assaltos nesses últimos dias, sem que a polícia tenha condições para agir na defesa dos direitos garantidos pela nossa Constituição.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Senhor Luiz Bassi, e à Câmara de Vereadores de Santa Mariana, e em especial aos Vereadores Laurindo Moreira de Carvalho, Benedito Flávio Ribeiro e Santo Pieretti, que foram os autores do pedido verbal a nós formulado.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expeditas, REQUER seja enviado expediente ao Ilustre Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Deputado Rubens Bueno, solicitando auxílio financeiro à Associação Curitibana de Proteção à Maternidade e à Infância, tendo em vista a solicitação por ela efetuada a esse Parlamentar, a qual não foi atendida por falta de recursos em nosso Gabinete, tendo em vista que a verba destinada à assistência social é insuficiente para atender o mínimo necessário dos pedidos, pelo fato de estar totalmente corroída pela inflação galopante em nosso País.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Es-



tado, e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, objetivando a prorrogação do prazo de validade do Concurso Estadual de 1.ª a 4.ª séries, realizado no ano de 1985.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Apoiamto: João Arruda, Basílio Zanusso e Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Sabemos o quão dispendioso é para os cofres públicos a realização de novos concursos públicos, e cada vez que expira o prazo de validade de um determinado concurso, conseqüentemente o Estado recorre a outros mais, sempre que necessita a contratação de novos professores, acumulando-se ainda mais o grande número de professores remanescentes que aguardam sua contratação.

A prorrogação do prazo de validade do concurso a que nos referimos beneficiará tanto à classe dos professores como ao Estado, pois evitará a contratação de professores em caráter extraordinário.

Trata-se, fora de qualquer dúvida, de uma iniciativa que por certo merecerá a atenção desejada, tendo em vista o inquestionável interesse por parte de toda a classe dos professores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, digníssimo Governador do Estado, no sentido de que seja estudado e viabilizado aumento salarial ao pessoal ativo e inativo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) Alexandre Ceranto.

Apoiamto: João Arruda, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto e Raul Lopes.

JUSTIFICATIVA:

O quadro em que se encontram os policiais militares do Estado do Paraná é lamentável, principalmente no que se refere ao salário, pois estes estão abaixo das necessidades básicas de sobrevivência. Apesar de estar aberto o recrutamento para aumentar o contingente de efetivos na Polícia Militar, não há candidatos para tal, isto se devendo aos baixos salários pagos ao pessoal efetivo, o que tem servido de desestímulo ao pessoal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Governador do Estado,

Álvaro Dias, solicitando que a inflação do mês de junho (26,06%) seja considerada no cálculo para reajuste do funcionalismo público estadual, além da URP e do resíduo do gatilho.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(a) Sabino Campos.

JUSTIFICATIVA:

A posição do Ministro Bresser Pereira, de não considerar a inflação de junho nos reajustes dos salários, sob o pretexto de contenção de consumo, revive uma das piores teses da Velha República, a que considerava os reajustes salariais como fator inflacionário, e leva o PMDB a ser co-responsável com um dos piores arrochos salariais da história brasileira.

Pela postura de fidelidade ao programa peemedebista, o governador Álvaro Dias, acreditamos, envidará esforços no sentido de evitar que o arrocho salarial imposto pelo Governo Sarney atinja o funcionalismo estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, mui digno Secretário de Estado de Segurança Pública, no sentido de que sejam providenciados recursos financeiros, materiais e humanos para melhor equipar a Delegacia de Polícia do Município de Pérola.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) Alexandre Ceranto.

Apoiamto: Raul Lopes, Algaci Túlio, João Arruda e Antônio Costenaro Neto.

JUSTIFICATIVA:

Em visita àquela casa de detenção, recentemente, pude constatar o lamentável estado em que se encontra, sem oferecer as mínimas condições de trabalho aos abnegados funcionários e ao Delegado daquele órgão, que tem se esforçado ao máximo para suprir as deficiências.

Falta material de expediente e também material de limpeza, e o quadro de funcionários é bastante reduzido, pois o salário é baixo.

Os presos se encontram em situação desesperadora, pois o espaço físico é pequeno e recebem refeição esporadicamente, isto quando o carcereiro, que nem é contratado e está trabalhando a título de colaboração e por questões humanitárias, tem dividido sua refeição com os presos.

Pedimos urgentes medidas para resolver estas questões.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.



O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja priorizado a construção de um Quartel Militar no Município de Umuarama, tendo em vista as precárias condições em que se encontra alojada a corporação de segurança naquela cidade.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) Alexandre Ceranto.

Apoiamento: Raul Lopes, João Arruda, Alga-ci Túlio e Antônio Costenaro Neto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, mui digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o reaparelhamento asfáltico do trecho Xambrê a Pérola, passando por Casa Branca.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) Alexandre Ceranto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário, de Estado da Educação, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, encaminhando em anexo reivindicações dos Professores Remanescentes do Concurso Estadual de 1985, de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> Séries do 1.<sup>o</sup> Grau, tendo em vista a expiração do prazo para a validade do concurso.

Do aprovado, REQUER ainda, se dê ciência às professoras Márcia Regina Antônio (Rua da Torre, 113 - Cambé II - Cambé-Pr.), Ladirce Afonso Pinto (Rua Governadores Gerais, 301-Cambé-Pr), Rosângela P. Godoy (Rua Suíça, 324-) e Luzia dos Santos Catarino (Rua Washington Luís, 61-Londrina-Pr.).

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) Alexandre Ceranto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, respeitando seus critérios constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a emissão de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Hauli, solicitando-lhe a designação de um coletor fiscal para a Agência de Rendas do Município de Ourizona, haja vista que o Município atualmente não conta com esse

servidor, permanecendo assim o serviço de recolhimento de tributos desfalcado pela inexistência do Coletor.

Nesse sentido, contamos com a atenção especial do nobre Secretário, para a tomada de providências.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) Antônio Bárbara.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ministro da Fazenda, manifestando o desejo desta Casa, no sentido de que a Resolução do Governo Federal de financiar empréstimos de investimentos para agricultura com base na variação da OTN, seja observada por todas as instituições bancárias do País, inclusive o Banco do Brasil, garantindo dessa forma a continuidade dos trabalhos dessa classe.

REQUER, outrossim, que seja dada ciência da decisão da Casa, à PAEP e OCEPAR.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) Ezequias Losso.

#### JUSTIFICATIVA:

Ao contrário do que instituiu o governo federal através de Resolução, algumas instituições bancárias estão fazendo empréstimos de financiamento para a agricultura com base na LBC e não na variação da OTN. Com isso os contratos com base na variação da LBC, mais os juros, tornam-se muito onerosos para o produtor rural, principalmente para os pequenos e, como consequência disso, temos muitos casos de agricultura falidos e/ou diminuindo sua área de plantio.

Além dos prejuízos para a agricultura brasileira, esta situação é inaceitável por constituir-se em um desrespeito à uma resolução do governo federal, que visa proteger os produtores rurais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa da entrevista, publicada no Jornal Gazeta do Povo, através da qual o jurista René Ariel Dotti condena o anteprojeto da Constituinte.

A oportuna entrevista concedida ao jornalista Arnaldo Cruz, reflete o brilho da cultura do eminente professor, que reclama a atualização e modernização dos mecanismos institucionais do País.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao jurista René Dotti e ao jornalista Arnaldo Cruz.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) Algaci Túlio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa da matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo de 31 de agosto de 1987, sob o título "JURISTA PARANAENSE CONDENA O ESBOÇO DA NOVA CONSTITUINTE", entrevista com RENÉ DOTTI, Secretário de Estado da Cultura.

REQUER, outrossim, que da decisão deste Plenário, se dê ciência ao nobre Secretário RENÉ DOTTI, bem como, pela importância das análises contidas na mencionada entrevista, encaminhe-se cópia deste e da entrevista à Comissão de Sistematização da Constituinte.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) Erondy Silvério.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 53/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 194 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 194 - ..... (com redação dada pela Resolução n. 31/69) .....

I - ..... (sem alteração)

II - ..... (sem alteração)

§ 1º ..... (sem alteração)

§ 2º ..... (sem alteração)

§ 3º Revogado

§ 4º Revogado"

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) PEDRO TONELLI.

JUSTIFICATIVA:

A presença nas sessões plenárias é uma parte importante no exercício do mandato parlamentar.

O dispositivo do abono de faltas, incluso nos parágrafos 3º e 4º do artigo 194 do Regimento Interno, favorece a displicência e, não raras vezes, é causa para o adiamento de sessões por absoluta falta de quórum, onde poder-se-ia estar discutindo questões relevantes que afetam os interesses da população paranaense e brasileira.

Por outro lado, como parlamentares, percebemos salários (incluindo os auxílios e ajudas de custo) muito superiores à média salarial dos trabalhadores brasileiros. Portanto, esta medida não virá alterar significativamente os valores a serem percebidos a não ser que o parlamentar não priorize a atuação plenária. Neste caso, porém, cabe a ele arcar com o ônus de sua

opção.

Com esta alteração regimental sobre o assunto, passa-se a observar exclusivamente o que dispõe a Resolução n.31 de 3 de dezembro de 1969.

Não tenho dúvidas que a medida proposta é justa e merecerá o apoio dos nobres Parlamentares das diferentes Bancadas na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Até porque, dispõe explicitamente a Constituição Estadual, em seu artigo 13, §3º: "O pagamento da parte variável do subsídio corresponderá ao comparecimento efetivo do deputado e à participação nas votações". (Grifo meu).

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 207/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - As crianças menores de 12 (doze) anos pagarão metade do valor das passagens no transporte intermunicipal no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - As crianças menores de 5 (cinco) anos não pagarão passagem.

Art. 2º - Esta lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a sua aprovação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) ANTÔNIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

A medida que estamos propondo beneficia crianças menores de 12 anos e pretende valorizar o papel social do transporte de passageiros. São Muitos os casos de pais que levam seus filhos, quando em viagem, ocupando a mesma poltrona e, às vezes, até em pé, por não terem condições de pagar o valor integral das passagens.

Ciente do conteúdo social da medida, confiamos no indispensável apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 208/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O Departamento de Estradas de Rodagem - DER, é autorizado a realizar convênios com as Cooperativas Agrícolas Rurais para o povoamento florestal da faixa de domínio das rodovias estaduais.

Art. 2º - Em condições adrede estabelecidas, o florestamento poderá ser utilizado para gerar energia térmica às Cooperativas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) DAVID CHERIEGATE.

**JUSTIFICATIVA:**

A medida pretende, além do aprimoramento técnico de segurança que se emprestará às rodovias estaduais, o novo visual e a integração ecológica que se verificará, sem qualquer ônus ao Estado do Paraná, o povoamento florestal poderá viabilizar, às Cooperativas Agrícolas Rurais, futuramente, em baixo custo, a energia térmica utilizável nos secadores de grãos que aparelham essas instituições.

As condições de replantio ou refazimento do plantel florestal, obviamente, serão previstos nos convênios a realizarem-se.

PROJETO DE LEI N. 209/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Missal", com sede e foro no Município de Missal.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) GERNOTE KIRINUS.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro no município de Missal, está devidamente registrada no cartório competente desde 03 de setembro de 1984, em plena atividade e sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto.

Entre suas prerrogativas destacamos: a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais de sua categoria ou os interesses individuais de seus associados; b) celebrar contratos coletivos de trabalho; c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria; entre outras.

Portanto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando afinal a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 210/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Oscar Martinez.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

Apoio: Antônio Belinati.

**JUSTIFICATIVA:**

A história do Paraná é a história dos pioneiros que foram os desbravadores e alargadores de fronteiras, lançando sementes de empreendimentos e de cidades, fazendo expandir as regiões, fazendo ocupação do território, criando novos pontos de civilização e de progresso, e que ainda ultrapassaram as fronteiras do Estado plantando novos pontos de colonização.

Entre tantos outros, sobressai a figura de Oscar Martinez, natural de Sertãozinho, Estado de São Paulo, em 25 de Março de 1923, mas que cedo veio para as terras do Norte do Paraná, sendo um dos responsáveis por grande parte do progresso da cidade de Londrina e região, onde se destacou no comércio de compra, benefício, plantio e exportação de Café, etc...

De Londrina, estendeu suas atividades até Paranavaí, Loanda, Nova Londrina e Santa Isabel do Ivaí, Norte novíssimo do Paraná, contribuindo grandemente no progresso daquela região cafeeira e fronteira com o Mato Grosso do Sul.

Oscar Martinez, filho de José Martinez e Luzdivina Martinez, sendo casado com Dna. Joanice de Castro Martinez, com quem tem quatro filhos: José Carlos, Flávio, Maria do Carmo e Oscar, todos casados.

José Carlos Martinez, detém o mandato de Deputado Federal pelo Paraná na sua segunda legislatura.

Oscar Martinez, formou-se primeiramente Contabilista, depois em Direito, não tendo exercido nenhuma das profissões, dedicando-se desde jovem na agropecuária, trabalhando inicialmente com seu pai, em serraria, na região de Araçatuba.

É dirigente acionista majoritário e cotista de várias empresas no Brasil e Paraguai, entre elas:

Rede OM de Televisão:

TV Paraná Canal 6 - Curitiba

TV Tropical Canal 7 - Londrina

TV Tropical Canal 13 - Maringá

TV Carimã Canal 10 - Cascavel

- CIOM - Construções e Incorporações

OM Ltda. - Curitiba.

- OM Central de Inseminação Ltda. - com sede em São Paulo e filial em Paranavaí - PR.

- COREPLAN - Corretagem, Representações e Planejamentos S/A - com sede em São Paulo.

- Sapé Agropecuária S/A - Cuiabá - MT.

- Vila Bela S/A - Agropastoril - Cuiabá - MT.

- Colonizadora Norte Del Paraná SRL - Sede em Assis Chateaubriand - PR.

Além dessas atividades, atua na área de agropecuária em suas propriedades particulares nos Estados do Paraná, Mato Grosso, Amazonas e Bahia.

Recebeu o Título de Cidadão Honorário da cidade de Londrina, em 1982.

Pelo firme empenho na condução de seus projetos, proporcionando novos empregos e estimulando as pessoas e família a sempre procurarem conquistar novas áreas e novos horizontes, sendo, portanto, merecedor, por todos os títulos, da cidadania honorária deste Estado.

PROJETO DE LEI N. 211/87  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, o Serviço de Obras Sociais (SOS) de Xambrê, sociedade prestadora de serviços, sem fins lucrativos, sediado nesta cidade de Xambrê.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.87

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação em questão, fundada na data de 10 de dezembro de 1976, é sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, destinado a representação e assistência aos necessitados daquele Município, conforme atesta a Lei Municipal nº 677/77, de 23 de março de 1977, da Câmara Municipal de Xambrê.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) (É lida e aprovada a Ata).

Não há Expediente a ser lido.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, no Pequeno Expediente. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fazemos uso do Pequeno Expediente no dia de hoje, para dar conhecimento à Casa e aqui poderemos conversar acerca do I Encontro de Alto Nível das Cooperativas de Crédito Rural do Estado do Paraná, ocorrido em 23 e 24 de junho próximo passado.

Nos dias 23 e 24 de junho de 1987, no Hotel Iguaçu Campestre, realizou-se o I Encontro de Alto Nível das Cooperativas de Crédito Rural do Paraná. Analisando os resultados alcançados, bem como as presenças marcantes do Governo do Estado, das lideranças cooperativistas estaduais, lideranças do cooperativismo de crédito rural de outros Estados da Federação, da presença do Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Dr. Roberto Rodrigues, do Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativista, Sr. Dejandir Dal Paschoale, das entidades técnicas do Governo:

Acarpa-Emater, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Senacop e vários representantes das cooperativas de produtores rurais, pode-se dizer que se alcançou os objetivos colimados.

A qualidade dos debates, as propostas aprovadas e o interesse demonstrado pelos participantes, dizem bem alto o que foram esses dois dias de trabalho. O atual modelo das cooperativas de crédito rural foi exaustivamente analisado e debatido buscando-se alternativas de aperfeiçoamento que foram levadas ao "II Seminário Nacional de Cooperativistas de Crédito Rural" em Caxias do Sul, realizado ainda durante o mês de agosto de 1987.

A problemática da correção monetária de balanço, ainda não normalizada para as cooperativas de crédito rural, foi estudada com bastante profundidade pelos técnicos especializados. De igual modo e com a mesma propriedade, tratou-se da constituição do capital rotativo nas cooperativas de crédito rural. Abordou-se, ainda, a expectativa e a possibilidade da privatização do Banco Nacional de Crédito Cooperativista BNCC - tornando-o definitivamente um órgão catalizador das cooperativas brasileiras. A sedimentação do apoio do Governo Estadual ao cooperativismo, com o reconhecimento da importância no processo de comercialização de grãos e aquilo que representam as cooperativas no contexto econômico-financeiro estadual, ficaram definitivamente marcadas neste evento.

Por último, vale dizer, conseguiu-se através de um trabalho conjunto e sério, marcar espaço neste Estado e a partir disso, redobrar os esforços para que a auto-riedade monetária se convença, em definitivo, dos objetivos do cooperativismo de crédito, que unido buscará, a qualquer preço, a consolidação de seus propósitos básicos, que são gerar os recursos próprios necessários ao campo, assistência efetiva aos produtores rurais, assentamento do produtor rural no campo, com dignidade, diversificar as culturas através de um trabalho diuturno de orientação técnica ao produtor rural, barateamento do custo final da produção através da redução dos encargos financeiros ao segmento primário de nossa economia e, por último, desenvolver cada vez mais o espírito que encerra toda a finalidade cooperativista, que é o da ajuda mútua.

Portanto, fazemos nesta oportunidade, na condição de membro da Comissão de Agricultura deste Poder, e como Coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário, o nosso registro, pretendendo que de fato e de direito o cooperativismo no Estado do Paraná de crédito, venha a ser implantado com todo o vigor e com toda a boa vontade que vêm demonstrando os primeiros encontros,

as primeiras reuniões que versam sobre este assunto.

Entendemos nós que o crédito rural, através do cooperativismo, deverá chegar com bastante firmeza no campo, e desta forma, atender em toda a sua plenitude os anseios do homem rural.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados."

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Pedro Tonelli. (Ausente).

Estando ausente, e não havendo mais oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra à Liderança do PT. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra à Liderança do PDS. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra à Liderança do PTB. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra à Liderança do PL. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra à Liderança do PFL. Com a palavra o Sr. Deputado Alexandre Ceranto.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

(Lê): "Estive neste final de semana, visitando a região de Umuarama, conversando com seus eleitores, ouvindo as lideranças e autoridades, buscando informar-me a respeito das necessidades e dos problemas que a população do Paraná vem encontrando.

Senhor Presidente, nobres colegas, é lamentável o estado de desânimo e de desesperança que encontrei na área de Segurança Pública, justamente no setor fundamental para a sociedade.

Visitei corporações e Delegacias de Polícias, conversei com soldados, sargentos e superiores.

Ouvi Delegados, funcionários e até presos procurando conhecer a realidade do nosso interior e, confesso que fiquei assustado com o que vi.

As precárias condições de trabalho tornam frágil a nossa segurança, pois, não há efetivos suficientes, material humano qualificado, nem viaturas, armamentos e tão pouco prédio adequado para abrigar tão importante serviço público.

Encontrei policiais sem ânimo, pois salários que recebem não os permite ter a tranquilidade necessária para trabalhar.

Na Polícia Militar, um soldado ganha em torno de Cz\$ 6 mil para colocar a vida

em risco, quando o mínimo necessário e justo seria de Cz\$ 18 mil.

As vagas encontram-se abertas, mas não há inscritos e o número de baixas é significativo.

A grande maioria dos municípios da região de Umuarama, para não dizer todos, estão necessitados de veículos e de verbas para a Polícia Militar como para a Rodoviária.

A Polícia Civil de um dos municípios não tem sequer material de expediente (folhas, envelopes, canetas, etc...), não há material de limpeza e os presos além de amontoados num cabículo, não se alimentam, pois a Delegacia não dispõe de recursos para a refeição. Segundo informações os carcereiros visitam os moradores pedindo comida para os presos.

Senhores Deputados, é desesperadora a situação e aqui eu peço a todos que procuramos sensibilizar o Governo Álvaro Dias, o Secretário de Segurança para urgentemente melhorar as condições do Policial Militar Civil.

Estou encaminhando, hoje, um requerimento a esta Casa, solicitando providências do Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de melhor equipar as Delegacias de Polícias de Xambê, Pérola e demais municípios da região.

Também redigi um requerimento, encaminhando-o ao Governador Álvaro Dias, solicitando melhorias de salários aos efetivos e inativos da Polícia Militar e à Polícia Civil do Paraná, pois todos os Senhores sabem da vergonhosa folha de pagamento desse pessoal.

Conto com o apoio de todos, principalmente da Comissão de Segurança da qual faço parte, bem como conto com o apoio dos ilustres Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Presidente da Comissão; Raul Lopes, Algaci Túlio, Vice-Presidente da Comissão, Pirajá Ferreira, Deputada Amélia Hruschka e Deputado Sabino Campos.

Concede aparte ao Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes - Deputado Alexandre Ceranto. Antecipadamente já me permito dizer que gostaria de assinar esse documento em moção de apoio. Faço parte, como é do seu conhecimento, da Comissão de Segurança, mas quero me congratular com o companheiro, e dizer que realmente este é o quadro lamentável do sistema de segurança pública do Estado do Paraná.

Em visita a alguns municípios do Estado, defrontei-me com um quadro semelhante ao seu, numa outra área. Quer me parecer que é a área do Noroeste do Paraná, mas lamentavelmente, o quadro se apresenta da forma que o Senhor muito bem a colocou. Quero me solidarizar com as suas palavras e dizer ao companheiro que há cerca de dez

dias atrás apresentamos um Projeto de Leis a Sua Excelência o Governador, para atender com o maior imediatismo possível a condição de recursos salariais dos proventos do pessoal da inatividade da Polícia Militar, inclusive das pensões de suas esposas. O companheiro, naturalmente, vem no momento, reportar um quadro que nós fizemos e nessa oportunidade, quero me solidarizar com Vossa Excelência, companheiro, e pedir que o seu requerimento tenha não só o nosso apoio, com também o dos demais companheiros que pertencem a esta Casa.

Cumprimento o meu prezado companheiro e gostaria como disse, de dar apoio, em forma de moção, nesse requerimento.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Agradeço, caro Deputado Raul Lopes.

Nós, Deputados, temos conhecimento e acredito que todos têm, então, acredito no trabalho que devemos fazer em torno da Polícia Militar.

Concedo aparte ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Agradeço a Vossa

Excelência pelo aparte que me concede e gostaria de dizer que a sua preocupação é justa, mas seria importante lembrar nesta Casa, como um dos representantes da região de Umuarama, da qual Vossa Excelência faz parte, que, junto com o companheiro Deputado Nelson Vasconcellos, com quem temos a oportunidade e a honra de representar maioria dos municípios da Região aqui, dizer de nossa parte, com relação ao salário dos policiais, tanto da Polícia Civil como da Polícia Militar, que esta é uma preocupação de todos nós, Parlamentares, a fim de resolvermos os problemas que atingem a folha de pagamento dessas duas classes, mas também de outros funcionários que precisam ser melhorados em seus salários. Mas, a preocupação, Senhor Deputado, já nos levou a contatar várias vezes com o Secretário de Segurança, e para nossa alegria e satisfação, vimos que o Secretário está tão preocupado quanto nós, pois esta reivindicação já o levou a estudar novamente as regiões do Paraná e ampliar as Delegacias de Subdivisão Policial. Na nossa região, a que Vossa Excelência também pertence, nós, já temos hoje praticamente criada e instalada a subdivisão em Guaíra, onde está sendo melhor aparelhada para dividir com a região de Foz do Iguaçu. A região de Umuarama tem recebido também uma atenção especial; no Município de Altônia já existe uma viatura em perfeito estado, porque a maioria dos veículos da região são de 1986-87. Quanto ao Município de Altônia, em contato com o Prefeito Municipal, e Delegado de Polícia, solicitamos ao Secretário uma viatura, que foi concedida

e estamos aguardando a primeira oportunidade para fazer a entrega.

Por isso, Senhor Deputado, nós, como um dos representantes do Partido do Governo naquela região, queremos dizer que, em contato com os nossos Prefeitos e constatamos que em sua maioria eles estão satisfeitos com o atendimento que estão recebendo da Secretaria de Segurança.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O tempo de Vossa Excelência está esgotado, pode concluir.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Muito obrigado.

Prezado Companheiro, Deputado Nilton Barbosa, em parte concordo com Vossa Excelência mas em parte não, mas meu tempo está esgotado.

O Sr. Nilton Barbosa - Deixemos para a próxima sessão.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Só mais um segundo. Senhor Presidente.

Gostaria de registrar nesta Casa a presença das professoras, Maria Regina, Antônia, Dirce Afonso Pinto, Maira Luzia Catarino, Rosângela Godoy, de Londrina e de Cambé, que vêm trazer as suas reivindicações, as quais estão apresentando por meio de um requerimento, hoje.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No Horário das Lideranças, consultamos o PDT se fará uso de seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, por oito minutos e meio.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há poucos dias, recebemos em nosso gabinete parlamentar, como deve ter acontecido na maioria dos gabinetes que compõe este Parlamento, um pedido da Associação Curitibana de Proteção à Maternidade e à Infância da Cidade de Curitiba.

É bem verdade, Senhor Presidente que estranhamos o procedimento, uma vez que os Diretores responsáveis por esta área, nesta Casa, têm total conhecimento da verba destinada aos Parlamentares, a título de Assistência Social. Não conhecemos a entidade que nos solicitou o referido auxílio financeiro. Também, não nos foi apresentado um relatório de atividades desta mesma entidade, mas acreditamos que tal entidade seja merecedora de total apoio por parte do Executivo Estadual através da Secretaria do Trabalho e Ação Social. É bom lembrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que gostaríamos que registras-

sem nos trabalhos da presente sessão, que a nossa vontade era de atender a solicitação, mas em função do que nós já mencionamos se torna totalmente inviável o atendimento.

Por outro lado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, essas entidades deveriam ter um apoio muito melhor através do Executivo Estadual, Municipal e até mesmo do Federal, porque são elas que representam a maioria do trabalho realizado nesta área e temos que analisar a situação econômica em que o Partido do Governo colocou neste País a partir de 1985, porque antes também, enfrentávamos uma política difícil, mas que correspondia às correções a todo momento e hoje, vemos uma política econômica totalmente desastrosa, conforme já dissemos.

E não se oferece, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a essas entidades, o mínimo necessário para que conduzam o seu setor social, forçando, dessa maneira, que as mesmas recorram ao Legislativo na solicitação de recursos, sendo matéria estranha à esta casa tais pedidos.

É bom lembrar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que os recursos desviados para uma propaganda intensiva, praticada pelos Governos Federal, Estadual e, principalmente o Municipal aqui em Curitiba, poderiam ser carreados às entidades de forma que pudessem realizar o trabalho, desenvolvendo-o de forma mais tranqüila, pois estas entidades praticam a verdadeira assistência social que os nossos governantes procuram não entender e não praticar.

Por isso, nós pedimos o apoio deste Plenário, aprovando o nosso requerimento solicitando auxílio financeiro à Associação Curitiba de Proteção à Maternidade e à Infância.

Muito obrigado Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Mesa consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhores Parlamentares.

Usamos a palavra para ressaltar o entendimento firmado ontem entre os empregados e patrões no Estado do Paraná. Entendimento este que passou a ser cognominado "Acordo Paraná".

É de grata felicidade para todos nós, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, percebermos a forma coerente na condução do processo do entendimento entre trabalhadores e patrões no Estado do Paraná.

Meses atrás, usamos esta tribuna para

defendermos o "Pacto Paranaense", pregado pelo Governador Álvaro Dias. E após dois meses de exaustivos contactos, dez entidades representativas dos trabalhadores e dez dos patrões, reuniram-se com o Governador sob a coordenação da Secretaria da Indústria e Comércio e da Secretaria do Trabalho e chegaram a acordos comuns sobre redução de horas de trabalho, pois há pontos divergentes na política trabalhista brasileiras.

Por que julgamos importante, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, o entendimento de "Acordo Paraná"?

Porque, exatamente tem sido defendido pelo Estado do Paraná de que jamais haverá um Pacto Nacional se esse não se iniciar pelos Estados.

As relações de trabalho, neste imenso País, são muito diferentes para se poder fazer "Pacto Social" sem levar em consideração a peculiaridade de cada Estado. Jamais poderemos entender que as grandes centrais trabalhistas do ABC paulista, com a FIESP do outro lado, possam falar em nome de trabalhadores e de patrões no Brasil inteiro.

Por que Senhor Presidente e Senhores Parlamentares?

Porque, obviamente, as relações de trabalho do trabalhador de Curitiba, comparando-as com as do pescador do Amazonas, e do operário do ABC paulista, têm peculiaridades próprias que não podem ser medidas, defendidas e acordadas por São Paulo.

Não se pode defender o pacto paulista. Há que se defender o pacto brasileiro e este só poderá ser levantado, levado para a mesa de discussão, a partir do instante em que, individualmente, os Estados da Federação reuniram empresários, trabalhadores e discutirem com um relacionamento normal, característico de cada região do País, a abordagem dos assuntos que lhes dizem respeito, para a partir daí, poderemos então alinhar um pacto maior da vida nacional, contemplando os direitos do Paraná, Santa Catarina, Piauí, Alagoas ou de São Paulo.

O acordo do Paraná é um avanço significativo que poderá representar para o Brasil um norte nas relações de trabalhadores e empresários. E espero que na divulgação desse fato, onde se mostra que é possível, conhecendo peculiaridades regionais, patrões e empregados discutirem o fundamental daquilo que podem acordar entre si, concretizando também nos outros Estados da Nação esse entendimento para que nós possamos viabilizá-lo nacionalmente.

Mais do que nunca, pela defasagem salarial, pela dificuldade de sobrevivência com o salário-mínimo e pelo aumento do de-



semprego, necessitamos buscar na coerência e no bom propósito uma tentativa de solucionar o problema, sem causar prejuízo para o trabalhador brasileiro.

O "Acordo Paraná", liderado pelo Governador Álvaro Dias, e que será levado a Brasília ao Presidente José Sarney, haverá de ser, sem dúvida alguma, um norte para as reações trabalhistas da Nação brasileira. É a esperança que me fica é a de que outros Estados da Federação possam praticar entre patrões e empregados o mesmo entendimento na busca de uma solução, sem que tenhamos que agüentar, sistematicamente, o acordo paulista firmado pela poderosa FIESP de um lado e pelas classes representativas dos trabalhadores do outro, que nada têm de semelhante com as relações trabalhistas do Paraná, Piauí, Maranhão ou Amazonas.

Venho, portanto, Senhor Presidente, destacar apenas esse entendimento, louvando uma vez mais a atitude democrática do Governo do Estado do Paraná, tendo propiciado a patrões e empregados o clima necessário para sentar à mesa e aproximar as suas divergências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de cinquenta e quatro Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n. 50/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrigará o futuro Município de Lindoeste. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, acima aprovado:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 50/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Cascavel, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Lindoeste. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 311/87, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Jesuítas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 181/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prudentópolis - APAE, com sede e foro na cidade de Prudentópolis, Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 249/86, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que denomina Atílio Mezzon, o trecho da rodovia PR-575, que liga a sede do Município de Nova Aurora ao seu Distrito de Palmitópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e EMENDA, por unanimidade. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 272/86, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública o Movimento de Ação Ecológica - MAE, com sede e foro em Curitiba - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 109/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a

Associação Cooperativista para o Trabalho em Obras Sociais - ACTOS, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 114/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Fundação do Bem-Estar ao Menor - FUBEM, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 130/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Caridade de Cantagalo, com sede e foro em Cantagalo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 131/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cantagalo, com sede e foro no mesmo Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 51/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Palmeirinha. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia por seis sessões, o Projeto de Resolução n. 51/87, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, na região de Guarapuava. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Para encaminhar). Senhor Presidente, apenas para declarar e solicitar que Vossa Excelência faça constar em Ata, o meu voto contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência defere e fará constar o voto de Vossa Excelência.

Continua em votação o requerimento. Aprovado.

Fica, portanto, retirado por seis sessões o Projeto de Resolução n. 51/87.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre

a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rosário Farini Mansur Guérios, ocorrido no dia 31 de agosto do corrente ano, nesta capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Ambrósio Jorge, ocorrido no dia 31 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Ambrósio Jorge, ocorrido no dia 31 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Orlando Mazurok, ocorrido no dia 31 de agosto do corrente ano, no Município de Cândido de Abreu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Josino Bispo Pereira, ocorrido no dia 26 de agosto do corrente ano, no Município de Maria Helena. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Alceu Ribeiro Macedo ocorrido no dia 26 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Ambrósio Jorge, ocorrido no dia 31 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário José Fontana, ocorrido no dia 31 de agosto do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rosário Farini de Mansur Guérios, ocorrido no dia 31 de agosto do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, com apoio do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Conselheiro e Professor de Jor-

nalismo Dr. João Féder, pelo lançamento de seu livro "Crimes de Comunicação Social". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Grupo Trombini e às Indústrias FACELPA, pela entrega à comunidade das obras de tratamento de resíduos da sua fábrica do Barigui, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, responsável pela editoria do Jornal da Constituinte, Deputados e Senadores constituintes pelo Paraná, enviando "Moção de Discordância" quanto à inclusão no telenoticiário e no noticiário radiofônico, da idéia de se grafar na Carta Magna da Federação a "aplicabilidade compulsória de um percentual fixo do orçamento da União na Região do Nordeste". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de rezoziço ao novo gabinete da Governadoria do Distrito L-6, da Associação Internacional de Lions Clubes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a reinclusão, na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Resolução n. 49/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrigará o futuro Município de Santa Tereza do Oeste. **Em votação.**

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vamos proceder à verificação de votação. Solicito aos Senhores Deputados que tomem seus assentos, por gentileza, para que possamos proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado David Cheriegate queiram levantar-se. (pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (pausa).

Onze Senhores Deputados aprovam, vinte e dois Senhores Deputados rejeitam. **REJEITADO.**

Requerimento do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando dispensa da discussão e votação para a Redação Final de todos os Projetos aprovados em 3.<sup>a</sup> Discussão, na presente sessão e que não sofreram emendas nas suas tramitações. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, encarecendo à Mesa Executiva desta Casa, que determine à Coordenadoria ou grupo competente desta Assembléia a compilação de todas as Resoluções que alteraram o Regimento Interno num único volume. À Comissão Executiva para apreciar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de cento e vinte carteiras escolares para as escolas rurais: Santa Rita, Ana Neri, Princesa Leopoldina, Clélia Zapettine, César de Souza Rego, do Município de Cruzeiro do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, encarecendo que a inflação do mês de junho (26,06%) seja considerada no cálculo para o reajuste do funcionalismo público estadual, além da URP e do resíduo do gatilho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo sua intercessão junto às autoridades federais para ser eliminada a cobrança dos resíduos dos contratos de financiamentos dos mutuários da vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, desta Capital. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, encarecendo a eliminação do resíduo dos contratos de financiamento habitacional dos mutuários da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, desta Capital. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da entrevista publicada no jornal "Gazeta do Povo", através da qual o jurista René Ariel Dotti, condena o anteprojeto da Constituinte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Fazenda, encarecendo o cumprimento da Resolução Federal de financiar empréstimos de investimentos para agricultura, com base na variação da OTN. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sindicato dos Farmacêuticos do Paraná, pela comemoração da "Semana da Farmácia". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Repórteres Fotográficos pela passagem do seu dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, pela passagem do 41º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à ACARPA/EMATER e à Prefeitura Municipal de Colombo, pela realização da campanha educativa quanto ao uso de agrotóxicos na região do Município de Colombo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a designação de um coletor fiscal, para a agência de Rendas do Município de Ourizona. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a nomeação dos professores remanescentes do concurso estadual de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> séries, realizado em 1986. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Inter-

no.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o recapeamento asfáltico do trecho entre os Municípios de Zambê a Pérola, passando por Casa Branca. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Raul Lopes e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo prioridade na construção de um Quartel Militar, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Raul Lopes e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo recursos financeiros, materiais e humanos, para melhor equipar a delegacia de polícia do Município de Pérola. **Em votação.**

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo recursos para reforma da delegacia de polícia do Município de Pérola. **Em votação.**

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Algaci Túlio e demais Deputados constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo aumento salarial ao pessoal ativo e inativo da Polícia Militar do Estado. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para

discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Antônio Belinati e Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo a prorrogação de prazo de validade do Concurso Estadual de 1.ª a 4.ª séries, realizado no ano de 1986. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Antônio Belinati e Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo a prorrogação do prazo de validade do Concurso Estadual de 1.ª a 4.ª séries, realizado no ano de 1985. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo auxílio financeiro à Associação Curitibana de Proteção à Maternidade e à Infância. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo o envio de uma viatura nova e agentes policiais à Delegacia de Polícia do município de Santa Mariana. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a transcrição nos

Anais da Casa da matéria publicada no jornal "Gazeta do Povo", com entrevista do Dr. René Dotti, sob o título "Jurista Paranaense condena o esboço da nova constituinte". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja designada uma comissão de Senhores Deputados, para examinar "in loco" o problema da interdição da Estrada do Colombo junto ao Parque Nacional do Iguaçu nos Municípios de Capanema e Medianeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo providências sobre o assunto tratado no documento firmado pelos Sindicatos Rurais do Sudoeste, no Município de Renascença. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Prefeito Municipal de São José dos Pinhais e Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de Posto de Saúde para atendimento aos moradores da Planta São Marcos, Jardim Fabíola e Jardim Carmem. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa procederá à verificação de votação.

Solicito aos Senhores Deputados que por fineza, tomem os seus assentos.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli, queiram levantar-se por gentileza.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se, por gentileza.

Vinte e seis Senhores Deputados rejeitam. Rejeitada a matéria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 50/87.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n.º 179 e 252/86 e dos Projetos de Lei n.ºs 258/85, 55, 69 e 193/86, 57 e 169/87 e da Proposição n.º 59/87 e do Projeto de Resolução n.º 52/87.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 03, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Dos Projetos de Lei n.ºs 71, 85, 87, 90, 115 e 119/87 e dos Projetos de Resolução n.ºs 31, 32, 33, 34 e 35/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 209 e 248/86, 09, 13, 17, 19, 33, 64, 66 e 70/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS ERONDY SILVÉRIO E ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 01 DE SETEMBRO DE 1987.

"Jurista paranaense condena o esboço da nova Constituinte"

"Os trabalhos da Constituinte, em sua etapa derradeira, ainda não trouxeram, para a opinião pública nacional, a esperança indispensável para que a futura Carta Política brasileira reflita as aspirações nacionais e as exigências fundamentais do povo". A afirmação é do jurista René Ariel Dotti, Professor da Universidade Federal do Paraná, mestre de prestígio nacional, autor de diversas obras na área de Ciência do Direito, membro de diversas comissões nacionais que estudaram novos caminhos para o Direito brasileiro, e que ao longo dos anos vem demonstrando as necessidades de atualização e modernização dos mecanismos institucionais no País. Atualmente ocupando o cargo de Secretário da Cultura do Paraná, René Ariel Dotti comentou o projeto de Constituição do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, sem esconder o seu desapontamento com os rumos tomados pelo documento.

Em entrevista à Gazeta do Povo, o jurista que viu algumas de suas idéias que foram espalhadas Brasil afora, através de publicações, palestras e conferências, inseridas no projeto da Constituinte, mais

do que desapontado - ficou mesmo preocupado com o esboço preparado por Bernardo Cabral. "O problema mais grave, que gera o atual clima de intranquilidade, é genético", explica René Dotti, sobre a Constituinte. "A convocação do Congresso Nacional Constituinte frustrou não somente as esperanças dos setores mais identificados com o programa de ação do PMDB, como também a comunidade

O PROBLEMA MAIS GRAVE DA CONSTITUINTE É UM DEFEITO GENÉTICO - NASCEU ERRADA...

científica brasileira, cientes todos de que a Assembléia Nacional Constituinte deveria ser exclusiva, e integrada por parlamentares com mandato definido no tempo, para os trabalhos de votação, discussão e aprovação da futura Lei Fundamental".

Os exemplos brasileiros de 1934 e 1946, quando as eleições para a Constituinte se realizaram visando exclusivamente este projeto, foram injustificavelmente desatendidos. Outro paradigma que deveria ser observado, ocorreu em democracias clássicas, como na Itália, com a Carta de 1947, elaborada por parlamentares exclusivamente eleitos para essa missão. Mais recentemente, as Assembléias Nacionais Constituintes de Portugal e da Espanha também adotaram esse método de exclusividade".

O parlamentar eleito para um mandato de quatro anos (deputado) e de oito anos (senador) não foi escolhido para a mais importante tarefa legislativa do País por não ter sido sufragado para uma legislatura ordinária. Nesse caso, a discussão e a votação da constituição, no início da legislatura, passou a ser um trabalho acessório e não uma obra principal".

"No meu entendimento existem dois problemas graves no esboço do Projeto de Constituinte elaborado pelo relator Bernardo Cabral. Além do excessivo número de dispositivos, - o projeto contém 457 artigos em relação aos 501 do anteprojeto de julho - existem graves defeitos de técnica legislativa e mesmo de redação que desmerecem a eleição do relator constituinte. Como detalhe verifica-se o intolerável rigor de se prever casuisticamente crimes infiançáveis e imprescritíveis. Mas, os problemas fundamentais, parece-me, residem na opção por um parlamentarismo anfíbio e pela timidez com que se tratou o tema da federação".

"A maior objeção feita à forma de governo, assim como está no projeto, decorre da conclusão linear, segundo a qual o parlamentarismo repousa em instituições políticas e partidárias sólidas, assim como ocorreu com a origem desta forma de governo, na Inglaterra, após ultrapassar as idades antigas e medieval e ingressar na idade moderna, quando as associações polí-

ticas foram surgindo à medida em que os poderes da realza eram reduzidos em favor das garantias e direitos individuais".

"Foi o liberalismo, portanto, na Inglaterra, França, Itália, e em outros países da Europa e nos Estados Unidos, que abriu as portas para um novo tempo de prestígio político e institucional, com as teses de independência

VEJO UM SINAL VERMELHO NO CAMINHO  
DA CONSTITUINTE, QUE NÃO PODE SER  
TRANSPOSTO IMPUNEMENTE

entre os poderes. Aliás, os movimentos da Renascença e do Enciclopedismo viriam se irradiar através de obras como "O Príncipe" de Maquiavel, e o "Contrato Social", de Rousseau. Na falta, portanto, de partidos fortes, organizações bem estruturadas e com linhas ideológicas bem definidas, a opção que o projeto de constituinte faz em favor do parlamentarismo é pré-anárquica".

"Vejo um sinal vermelho no caminho da Constituinte, que não pode ser impunemente transposto diante dos perigos de abalroamento provocados por forças que venham de direita ou de esquerda".

"A experiência do parlamentarismo no Brasil foi frustrante ao tempo da monarquia, quando o Gabinete caiu por 65 vezes durante os 65 anos de duração da nova 1.ª Constituição (1824-1889). Isto é, uma queda por ano, o que significou o atraso político e a servidão nacional dominada pelos interesses estrangeiros, como o domínio inglês e português que tantas desgraças acarretaram para nossa economia e identidade política e cultural".

"Foi portanto, um erro histórico a adoção do parlamentarismo na Constituinte de 1824, promulgada após a famosa "fala do trono", quando o Imperador D. Pedro I destituiu arbitrariamente a Constituinte e encomendou um texto a uma comissão cujas idéias e posições ideológicas se acomodavam aos interesses do Monarca".

MUITO MAIS IMPORTANTE É A MODERAÇÃO NAS REFORMAS E NÃO O AÇODAMENTO QUE LEVA A FÓRMULAS INCAPAZES DE SOBREVIVER NA PRÁTICA.

"Foi um parlamentarismo sem o povo, pela falta de trânsito e de comunicações entre o Poder Legislativo e a comunidade quanto pela dominação econômica como também pela limitação institucional da atividade política. Outro exemplo frustrante foi o parlamentarismo instituído em 1961, como chave de entrada para a posse do vice-presidente João Goulart à sucessão do presidente renunciante Jânio Quadros, diante da crise instaurada pela rebeldia dos ministros militares. Em menos de dois anos o parlamentarismo de aparência foi varrido pelo plebiscito que decidiu pela volta do regime presidencialista".

Se o parlamentarismo, no tempo do Império foi uma experiência sem o poder do povo, agora na novíssima República se pretende implantar um "Parlamentarismo" sem partidos políticos fortes e com doutrina claramente identificada pela população".

"Com a instalação da 1.ª República a Constituição que se seguiu, adotou a forma presidencialista, com graves restrições ao modelo importado dos Estados Unidos. O primeiro defeito constitui nos poderes muito fortes ao Executivo, em detrimento do Poder Legislativo, criando a partir daí uma condenável prática de hipertrofia e negando o que os legisladores de Filadélfia haviam proposto para o seu país".

"No quadro atual, e diante das experiências históricas já referidas, o presidencialismo é ainda a forma de governo compatível com o período de transição democrática, que não pode sofrer impactos que reconduzam o povo à desobediência civil e a Nação a uma situação de caos".

"Muito mais importante para o progresso econômico social, político do Brasil é a moderação nas reformas institucionais, que o aqodamento responsável por fórmulas legislativas incapazes de sobreviver na prática e nos costumes políticos. Em outras palavras, procura-se fazer com que o paciente que convalesce de uma cirurgia seja exposto a um tipo de exercício que poderá determinar o recrudescimento da doença e até a sua própria morte".

"Outro grave problema de caráter geral é o regime federativo, ainda não acolhido na sua pureza conceitual e funcional no esboço da futura Constituição. O projeto Bernardo Cabral contém, a exemplo da atual Constituição autoritária, uma relação de superpoderes da União em detrimento da autonomia dos Estados Federados. Se existem matérias de competência exclusiva e indelegável da União, como a declaração de guerra, declaração de paz, organização da defesa nacional, emissão de moedas, etc; existem outros tantos poderes que devem ser exercidos autonomamente pelos Estados. Veja-se por exemplo, a proposta totalitária constante do artigo 54-X, no sentido de que compete a União a "elaboração e execução de planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social".

"Tal fórmula contemporiza com o que existe de mais rico em nosso País que é a conjugação das forças étnicas, advindas principalmente de três continentes, como a Europa, a África e a Ásia, além da América Latina. A própria prática da democracia racial e do desenvolvimento social e cultural que lhe são imanentes, sofre intolerável mutilação frente à dominação ainda monárquica do poder central".

"Basta a simples comparação entre os artigos 54 e 57 do Projeto Cabral para se



Curitiba, terça, em 01.09.87

negar à conclusão óbvia de que a federação continua sendo a nossa "terra prometida", mas ainda não alcançada. E é lamentável essa constatação, principalmente porque ela é irônica: enquanto Cabral, na descoberta, gritou "Terra à vista", o Cabral da Constituinte anuncia não uma nova terra, um novo governo, uma nova nação, mas uma autêntica torre de Babel".

GOVERNADORES E PREFEITOS VÃO CONTINUAR O SUPLÍCIO DAS VIAGENS À "ILHA DA FANTASIA" PARA PEDIR A DEVOLUÇÃO DO QUE A UNIÃO SE APOSSOU ...

"A centralização de muitos poderes em favor da União além de desfigurar o regime federativo que é prometido pelo artigo 2º do Projeto, também afasta cada vez mais o povo das instâncias de poder. Tal fenômeno cria o círculo vicioso da sujeição dos municípios e dos Estados à política econômica e cultural da União, tendo Brasília como quartel general desta ditadura, com todos os componentes de uma cidade onde os muros do poder marginalizam o povo e impedem que os moradores das fortificações mantenham relações de convivência com o resto do País".

"A ser aprovado, o projeto de Cabral, os governadores, prefeitos municipais, todo o Executivo manterá o itinerário de suplícios nas viagens à chamada "Ilha da Fantasia", para reivindicar a devolução mesquinha daquilo que a União se apossou no propósito de fazer uma redistribuição que ao longo dos anos se mostrou injusta para com os Estados do Sul".

"Outra consequência grave da hipertrofia dos poderes da União se materializará no próximo ano, com a elaboração das Cartas Estaduais, se não houver uma mudança de rota marítima do Cabral constituinte. Os Estados não terão praticamente nada a fazer, salvo copiar o modelo federal, sem oportunidade para criação de leis locais que estabeleçam a sua identidade e sua forma de atuar no contexto dos interesses nacionais".

"Resta a esperança de que a Comissão de Sistematização e as sessões plenárias da Constituinte possam dar novos rumos ao esboço da futura Constituição, em cuja forma e conteúdo o seu relator demonstra a falta de representatividade intelectual, assim como ficou claro durante a sua modestíssima e quase anônima presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no início dos anos 80, justamente o período mais fecundo e dinâmico para se iniciar um processo legítimo e verdadeiro de transição democrática, tendo a frente a instituição de classe que tanta resistência e talento demonstrou nos "ásperos tempos" da ditadura militar".

"A existência das deformidades apontadas poderá comprometer a eficácia das regras que constituem importantes novidades como a declaração que proíbe a interferência do Estado nas Associações; a instituição de mecanismo como o Habeas Data; a declaração de liberdade de expressão, a rejeição do corporativismo profissional".

"A propósito, não poderia ficar sem reparo perigosa limitação à liberdade de pensamento, contrabandeada da Constituição de 46, ao permitir a censura prévia quando, em relação a publicações que sejam consideradas por um bedel de plantão, como contrárias à moral e bons costumes. Basta a leitura do artigo 12, parágrafo 8º para se constatar o quanto é nocivo ideologicamente o esboço da Constituição que, noutra parte contrasta com as

UM BEDEL DE PLANTÃO VAI RESSUSCITAR A CENSURA CONTRABANDEADA DA CONSTITUIÇÃO DE 46...

declarações meramente programáticas que se distribuem em outros trechos do projeto".

"Em suma, o Relator Cabral navega entre a realidade e a ficção, sem a bússula que permita apontar o rumo Norte para as caravelas que abrigam a história e a esperança do povo Brasileiro".

"Resta ainda uma última esperança: que a Comissão de Sistematização e as plenárias tenham o bom senso e o amor cívico para escrever um novo desenvolvimento e não revelar servilmente outros tantos Pero Vaz de Caminha que escreveu para os reis, em Portugal, que a terra descoberta continha ouro e outras riquezas, um povo submisso e ventos frescos e temperados".

Reportagem e texto de  
Arnaldo Alves da Cruz

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N. 457/87

I - promover, por antiguidade, CELSO ARAÚJO JÚNIOR, matrícula n. 489, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe A, para o cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II - promover, por merecimento, JONAS ZAMPIER, matrícula n. 339, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe A, para o cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio XIX de Dezembro, em 01.07.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 482/87

I - exonerar, a pedido, ANGELINA MACHADO DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, a partir de 03 de agosto de 1987.

II - prover, WILSON FIGUEIREDO FORTES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, a partir de 03 de agosto de 1987.

III - prover, ANGELINA MACHADO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Finanças, da Diretoria Financeira, a partir de 03 de agosto de 1987.

Palácio XIX de Dezembro, em 01.08.87.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
Presidente

ANIBAL KHURY - 1.º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR - 2.º Secretário

#### Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E:

PORTARIA N. 158/87

transferir para o período de 01 a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, às funcionárias abaixo relacionadas, todas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ANNA CRISTINA SOUZA - Mat. 553

MARIA DO ROSÁRIO MARQUES - Mat. 064

EUZA ARAÚJO RIBEIRO - Mat. 022

(Protoc. n. 6500).

PORTARIA N. 159/87

excluir da Portaria n. 186/86, o funcionário JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula n. 394, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, tendo em vista que o referido funcionário está exercendo o cargo de Chefe do Setor de Limpeza e Conservação, da Diretoria Administrativa.

(Protoc. n. 6202).

PORTARIA N. 160/87

transferir para o período de 01 a 30 de dezembro de 1987, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, ao funcionário JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula n. 419, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 6284).

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.07.87.

PORTARIA N. 161/87

transferir para o período de 01 a 30 de dezembro de 1987, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, ao funcionário SÉR-

GIO ZACARIAS, matrícula n. 406, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 6476).

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.07.87.

PORTARIA N. 162/87

excluir da Portaria n. 186/86, que concedeu férias à funcionária DIMITRYA PIRIH MARANHÃO, matrícula n. 138, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, tendo em vista que a referida funcionária está exercendo cargo de Chefe do Setor de Revisão, da Coordenadoria da Gráfica, da Diretoria de Serviços Especiais.

(Protoc. n. 6691).

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.08.87.

PORTARIA N. 163/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de AYRTON ALVES ARANHA, matrícula n. 413, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 11 de julho de 1980 e 11 de maio de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1980, 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n. 6232).

PORTARIA N. 164/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA, matrícula n. 416, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 13 de maio de 1981 e 13 de março de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1981, 1982, 1983 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n. 6201).

PORTARIA N. 165/87

transferir para a partir de 01 de novembro

do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, referente ao presente período, ao funcionário JOAQUIM ROBERTO MUNHOZ DE MELLO, matrícula n. 028, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 6802).

PORTARIA N. 166/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, matrícula n. 396, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1985 e 1986, que deixou de gozar.

(Protoc. n. 6055).

PORTARIA N. 167/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula n. 419, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 07 de julho de 1983 e 07 de maio de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n. 6285).

PORTARIA N. 168/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, em favor de RENATO EUGÊNIO SCHAITZA, matrícula n. 600, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1985 e 1986, que deixou de gozar.

(Protoc. n. 6451).

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.08.87.

PORTARIA N. 169/87

transferir para a partir de 01 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, referentes ao presente exercício, à funcionária MARIA DE LOURDES

BIZETTO REQUE, matrícula n. 330, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 6799).

PORTARIA N. 170/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO, matrícula n. 353, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n. 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 11 de julho de 1982 e 11 de maio de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1982, 1983, 1984 e 1985, contadas em dobro.

(Protoc. n. 5939).

PORTARIA N. 171/87

excluir da Portaria n. 186/86, que concedeu férias ao funcionário GERSON EVANGELISTA PASSOS, matrícula n. 336, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, tendo em vista que o referido funcionário está exercendo as funções de Assessor do Gabinete da Presidência.

(Protoc. n. 6851).

PORTARIA N. 172/87

excluir da Portaria n. 186/86, que concedeu férias ao funcionário LUIZ ALBERTO KUCHENBECKER, matrícula n. 066, ocupante do cargo de Jornalista, Classe A, tendo em vista que o referido funcionário está exercendo as funções de Assessor do Gabinete da Diretoria de Serviços Especiais.

(Protoc. n. 7465).

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.08.87.

PORTARIA N. 173/87

conceder a NILZA ZACARKIN, funcionária contratada deste Poder, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 05 de agosto de 1987.

(Protoc. n. 7335).

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.08.87.

PORTARIA N. 174/87

mandar mudar em seus assentamentos funcionais, o nome de JAQUELINE BOAMORTE, ocupante do cargo de Atendente de Administração A, prestando serviços na Coordenadoria da Ata, Anais e Publicidade, da Diretoria Legislativa, contratada pelo Regime C.L.T., para JAQUELINE SILVA, conforme certidão de casamento n. 5350, de janeiro de 1987, em anexo.

(Protoc. n. 6939).

PORTARIA N. 175/87

mandar contar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de CELSO ARAÚJO JÚNIOR, matrícula n. 489, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de treze (13) anos e quinze (15) dias, em que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960, conforme certidão em anexo.

(Protoc. n. 7600).

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.08.87.

PORTARIA N. 176/87

conceder a MÁRIO PEREIRA, funcionário contratado deste Poder, pela Consolidação das Leis do Trabalho, dezesseis (16) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 27 de agosto de 1987.

(Protoc. n. 8181).

PORTARIA N. 177/87

conceder a LINDAMIR EDIL CARAN, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 03 de agosto de 1987.

(Protoc. n. 8139).

PORTARIA N. 178/87

transferir para o período de 01 a 30 de dezembro de 1987, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, às funcionárias MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES e DOROTI WOLKMER LINHARES, ambas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 7991).

PORTARIA N. 179/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO, matrícula n. 129, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias

de 1985 e 1986, que deixou de gozar; e, II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 28 de fevereiro de 1979 e 28 de dezembro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias dos anos de 1977, 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. n. 6251).

PORTARIA N. 180/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SERGIO MANOEL POPLADE CERCAL, matrícula n. 484, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 17 de setembro de 1982 e 17 de setembro de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1982, 1983 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n. 5953).

PORTARIA N. 181/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula n. 161, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1985 e 1986, que deixou de gozar; e, II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 01 de fevereiro de 1980 e 01 de fevereiro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. n. 6495).

PORTARIA N. 182/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período de férias, conforme especifica:

NOIR PACHECO - mat. 482 - 2 meses - 1986  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - mat. 512 - 2 meses - 1986

(Protocs. n. 7191 e 7267).

PORTARIA N. 183/87

transferir para a partir de 01 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, referente ao presente exercício, ao funcionário ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ, matrícula n. 508, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 6238).

PORTARIA N. 184/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ANNA ROSA BELLO VIANA, matrícula n. 324, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 09 de março de 1983 e 09 de janeiro de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n. 6758).

PORTARIA N. 185/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ROGÉRIO ANTÔNIO SOUZA DO NASCIMENTO, matrícula n. 495, ocupante do cargo de Médico, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,  
II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n. 6174, ao seu acervo de ser-

viço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 10 de janeiro de 1980 e 10 de janeiro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias relativas aos anos de 1979, 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n. 7273).

PORTARIA N. 186/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ELOI MEZZADRI, matrícula n. 365, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1985 e 1986, que deixou de gozar; e,  
II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n. 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 19 de novembro de 1981 e 19 de janeiro de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas a 1982 e 1983.

(Protoc. n. 6498).

PORTARIA N. 187/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GILBERTO LAMPARELI SILVA, matrícula n. 178, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1985 e 1986, que deixou de gozar; e,  
II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 22 de fevereiro de 1982 e 22 de outubro de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de

1980, 1981, 1982, 1983 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n. 7198).

PORTARIA N. 188/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de INOLAN ANTÔNIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA, matrícula n. 123, ocupante do cargo de Médico, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio, compreendido entre 15 de setembro de 1974 e 15 de novembro de 1983, antecipado em razão da incorporação referente ao terceiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. n. 7333).

PORTARIA N. 189/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de WILIANS ROLANDO ROMANZINI, matrícula n. 354, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 07 de outubro de 1983 e 07 de agosto de 1987, antecipado em razão da incorporação referente ao quinto quinquênio e das férias relativas a 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n. 7277).

PORTARIA N. 190/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ALCEU IVO COSTACURTA, matrícula n. 040, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio, compreendido entre 14 de fevereiro de 1979 e 14 de junho de 1987, antecipado em razão da incorporação referente ao quarto quinquênio e das férias de 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n. 5783).

PORTARIA N. 191/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EMÍLIA DE MIRANDA BECKER, matrícula n. 347, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 28 de julho de 1981 e 28 de maio de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1981, 1982, 1983 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n. 6041).

PORTARIA N. 192/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUIZA ZACK VIANTE, matrícula n. 213, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 07 de julho de 1983 e 07 de maio de 1987, antecipado em razão da incorporação referente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n. 4479).

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.08.87.

PORTARIA N. 193/87

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de HERCULANO CORDEIRO, matrícula n. 390, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 28 de abril de 1983 e 28 de junho de 1987, antecipado em razão da

incorporação referente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1983 e 1984, contadas em dobro; e,  
II - mandar contar, para efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, o tempo de um (01) ano e dois (02) meses, período compreendido entre 01 de

fevereiro de 1952 a 30 de março de 1953, tempo em que prestou serviços em atividade regida pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n. 6755).

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.08.87.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI  
Diretor Geral